

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, GUERRA DE LUGARES E O FUNDECAM: TENTATIVAS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ.

Maria das Dores Rocha

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental – Instituto Federal Fluminense
dolycarocho@gmail.com

Romeu e Silva Neto

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental – Instituto Federal Fluminense
romeuneto@iff.edu.br

1. INTRODUÇÃO

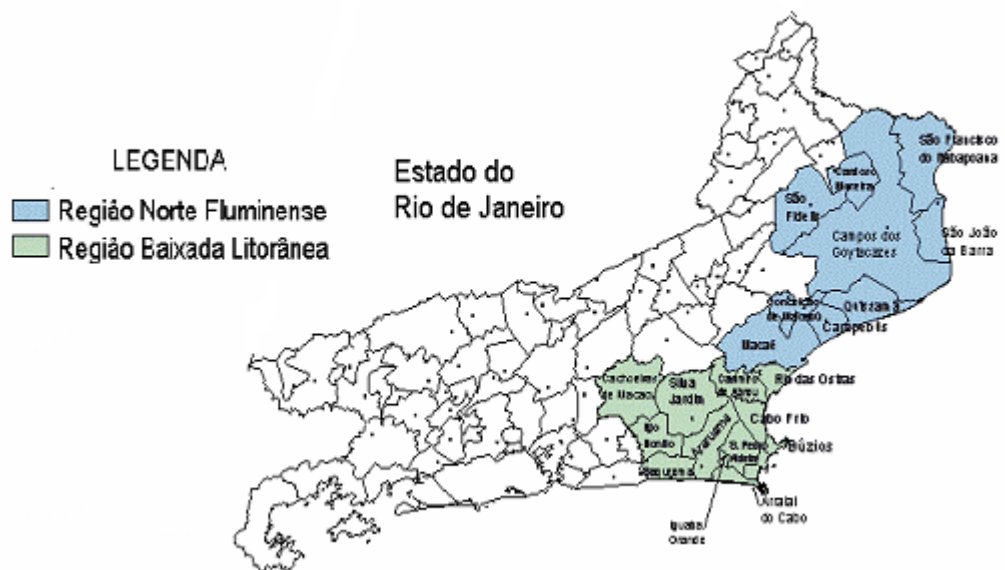
Neste trabalho examinaremos como políticas públicas de financiamento podem, ou não, ser fator determinante na estratégia de desenvolvimento local. Compreender que, mesmo havendo aporte orçamentário de grande vulto, este fator, por si só, pode não garantir sucesso na busca de desenvolvimento e nem resultar em ganhos sociais. Tais políticas públicas, a depender da forma como são concebidas ou executadas, podem frustrar ou realizar o objetivo de gerar empregos e renda para as comunidades onde são aplicadas. Podem, ainda, acarretar grandes prejuízos ao erário público municipal e, até mesmo, se caracterizarem como possíveis “armas e munições” na deletéria “guerra de lugares”, tornando-se assim políticas públicas equivocadas e insustentáveis.

O presente estudo de caso é realizado no município de Campos dos Goytacazes, na Região Norte Fluminense do Estado de Rio de Janeiro. Escolhido por ser o município de maior dimensão geográfica, o mais populoso do Estado e o maior recebedor de *royalties* e participações especiais advindos da exploração de petróleo e gás em todo o Brasil.

A questão da distribuição das rendas petrolíferas é objeto de polêmicas e disputas, tendo sido regulamentada pelas leis Nº. 7.990/89 e 9.478/9 esta, chamada Lei do Petróleo, concretizou a quebra do monopólio estatal da exploração de petróleo e gás natural, além de ter contribuído para a aprovação e cristalização de notórias impropriedades nos critérios de distribuição e uso de tais verbas. (LEAL E SERRA, 2002, p. 3)

Tais impropriedades legais beneficiaram alguns municípios, que se uniram formando a OMPETRO (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro) cuja maior atuação é defender o grande privilégio concedido aos municípios que a formam. Assim, grandes recursos passaram a ser injetados mensalmente nos cofres públicos dos municípios beneficiados tornando-os exceção, se comparados à maioria dos

municípios brasileiros. “Emirados” ou “novos ricos”, “pobres municípios ricos” ou “petrorrentistas” são alcunhas recentes que procuram denunciar, a um só tempo, o ingresso fabuloso de rendas petrolíferas nos caixas dos municípios das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas e as impropriedades técnicas e legais no processo de aplicação destas rendas. Os maiores beneficiados (Figura 1) são os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Quissamã, Casimiro de Abreu, Carapebus, Cabo Frio, Armação de Búzios e São João da Barra.



Mapa 1. Mapa da Região em estudo
 Fonte: Elaborado por Dias (2005)
● Municípios petrolrentistas

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL COM BASE NO INCREMENTO ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS

No contexto pós-fordista, políticas de desenvolvimento local assumem importância estratégica na geração de postos de trabalho, especialmente, através do fomento às micros e pequenas empresas. Estas empresas podem utilizar a vantagem da especialização e flexibilidade para a geração de postos de trabalho, visto que, sendo menores podem alcançar maior eficiência em serviços específicos e na execução de parte das atividades da cadeia produtiva. Além do mais, elas se beneficiam de leis fiscais especiais como Simples e Supersimples. Nesse sentido, a proliferação e dinamismo de micros e pequenas empresas, assim como a economia em pequena escala, aparecem como uma necessária adaptação das mudanças no modelo econômico atual. Também a escassez de emprego tem induzido a criação de empresas por indivíduos empreendedores que buscam explorar suas potencialidades criando seu próprio posto de trabalho. (DeiNet - UD1, 1999).

3. *ROYALTIES* E “GUERRA DE LUGARES” NA BACIA DE CAMPOS

Na chamada reestruturação produtiva da economia pós-fordista, território e lugar ganharam novas significações. Uma das conseqüências dessa ressignificação é o fenômeno da guerra fiscal ou “guerra dos lugares”. Esta significa, antes de tudo, a imposição da lógica competitiva do capitalismo neoliberal a níveis escalares cada vez menores, onde palavras como eficiência, plano de negócios, produtividade, lucro, concorrência, próprias do mundo empresarial, são incorporadas à realidade das cidades definindo seu “desempenho”. Os países fragmentam-se em cidades/regiões/empresas ávidas em mostrar que são eficazes na atração de investimentos.

Nesta guerra, vencedores são grupos empresariais, que, como se estivessem leiloando uma peça rara, ao anunciar um novo investimento ou filial, encontram grande número de lugares que, “lance a lance”, oferecerem vantagens técnicas e políticas cada vez maiores, formando a seu redor, conforme (SANTOS 2004, p.248) um verdadeiro “exército de reserva de lugares”. Quando “adequados” e escolhidos, os lugares entram num processo de subordinação e alienação. O receituário imposto pelas empresas deve ser cumprido. Isto inclui renúncia fiscal e uso de recursos públicos na preparação e adaptação do território, como construção de vias, pontes, canais e outros, para uso quase que exclusivamente privado, tornando corporativo o uso do território. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 291)

Como se estivessem administrando uma empresa, prefeitos dos municípios buscam conferir valor aos lugares, adaptando-os às demandas empresariais, especializando-os e modernizando-os “ao gosto do freguês”. Utilizando estratégias próprias do marketing empresarial, montam a imagem da cidade como ambiente propício aos negócios, como bom lugar para auferir lucros. Desta forma, a cidade torna-se um produto a ser promovido e “vendido”. Em detrimento do pensar regional e cooperativo, instala-se acirrada competição entre os lugares. A “guerra de lugares” se impõe. (SANTOS, 2004).

Nesta perspectiva, as populações locais acabam perdendo o controle dos seus lugares e vêm seus anseios e necessidades ignorados. O território, agora modernizado com recursos públicos, lhes é negado; a produção realizada no local é consumida fora dele e, em virtude das renúncias fiscais, parte da riqueza que é gerada no local escoia para longe. Assim, populações são alienadas do uso de seu território, dos recursos naturais e verbas públicas.

A justificativa apresentada pelos prefeitos locais ao adotar esta lógica de subordinação às empresas baseia-se na habitual cantilena da geração de emprego e dinamismo econômico imediatos. Falácia usada para justificar qualquer política de atração de empresas e uso do território, ou concessão deste para aquelas. (COELHO, 1996, p.13)

As empresas atraídas não assumem compromisso verdadeiro com um projeto de desenvolvimento regional que leve em conta o futuro das populações locais, suas necessidades e bem-estar. Como “parasitas num hospedeiro”, fixam-se no território e absorvem dele tudo aquilo que possa oferecer para aumento de seus lucros. Havendo redução de lucros, elas “fecham as portas” e partem para outro lugar mais lucrativo. Como num jogo de chantagens, o “lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter tais empresas, sob ameaça de deslocamento” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 116).

Ainda assim, o afã neoliberal que inspira esta concepção fragmentária, competitiva e localista de crescimento nada sustentável, seduz muitos lugares.

Esse é o caso em que se enquadram os municípios petrorrentistas da Bacia de Campos. Entre eles, Campos dos Goytacazes e seu FUNDECAM – Fundo de Desenvolvimento de Campos, criado sob essa concepção fragmentária que se tornou, entre 2002 e 2008, um típico instrumento da “guerra de lugares”. Hospedou empresas “parasitas sanguessugas”, que rapidamente “fizeram as malas” e, sem pudor “bateram em retirada”. Repetiu-se o ideário neoliberal onde: “lucros são privatizados e prejuízos socializados”, restando expressivo desfalque aos cofres públicos municipais. (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

4. FUNDECAM: CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Criado em 2001, após reivindicação da sociedade civil que se reuniu num Fórum de Desenvolvimento Permanente, o FUNDECAM - Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes, atuou a partir de 2002 capitaneando tumultuado e oneroso processo de diversificação produtiva. Sua instituição e funcionamento são expostos a seguir.

O Art.1º da Lei 7084/2001 que cria o FUNDECAM e esclarece os objetivos e beneficiários de sua atuação.

Art. 1º. O Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes - FUNDECAM, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento empresarial, tecnológico, o setor agropecuário, financiar projetos de geração de empregos nos setores industriais e de serviços e promover o acesso de microempresas, empresas de pequeno, médio e grande porte, de qualquer atividade compatível com as peculiaridades do município, a recursos de capital, ou para implantação de novas tecnologias identificadas com os objetivos do fundo, sempre no âmbito geográfico do Município.

No período de 2002 até 2005, o FUNDECAM financiou 55 projetos, todos acima de R\$ 50.000,00, investindo um total de R\$ 246.623.000,00. O financiamento público foi de R\$ 122.428.000,00. A contrapartida dos investidores seria de R\$ 124.195.000,00. Foram

selecionados 13 ramos da economia para os investimentos. Com a expectativa de geração de 4.424 empregos diretos e 13.272 indiretos (ver Quadro 1 e Gráfico 1).

Tais financiamentos previam juros de 6,17% ao ano, prazo de carência de 12 meses e 60 meses para amortização da dívida. Com plena execução do projeto, quitado o financiamento, a empresa receberia devolução dos juros. O Conselho Gestor autorizava o financiamento mediante apresentação da documentação legal e informações sobre a empresa e sua estratégia mercadológica. A seguir, os recursos eram sacados da conta do FUNDECAM no Banco do Brasil, entidade financeira conveniada.

Quadro 1: Ramos, Empresas atendidas e Empregos Gerados pelo FUNDECAM (2002-2005)

Ramo	Empresas	Empregos Diretos Gerados
Confecção	5	83
Agroindústria	3	1.385
Petróleo e Gás	3	79
Piscicultura/Agricultura	3	56
Biotecnologia	4	548
Saúde/Medicina	5	116
Alimentos	9	794
Metalurgia	4	526
Embalagens	3	208
Serviços	4	70
Indústrias de Transformação	7	255
Cosméticos	1	49
Prod. P/ Const. Civil	4	255
Total de Empregos Gerados		4.424

Fonte: FUNDECAM (2007)

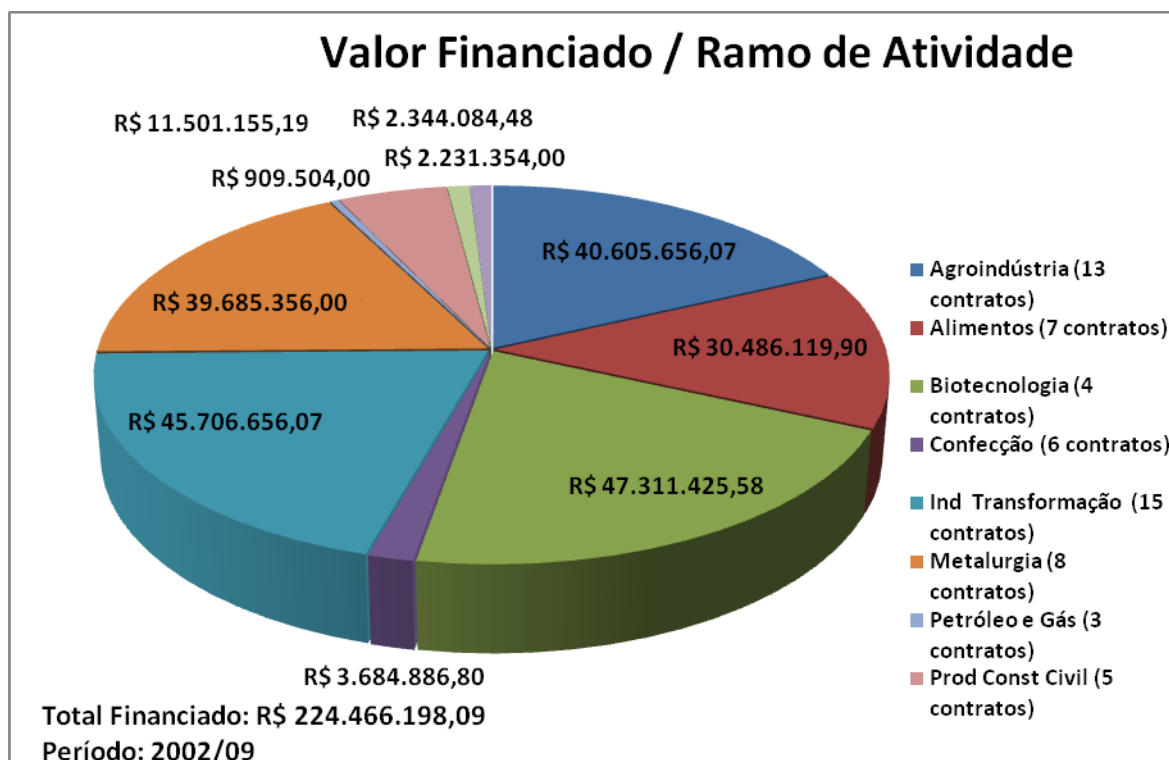


Gráfico 1: Valor Financiado por Ramo de Atividade pelo FUNDECAM (2002/2009)
Fonte: FUNDECAM (2009)

Por ocasião da primeira pesquisa que resultou em artigo acadêmico elaborado para conhecer o FUNDECAM (SILVA NETO e PASSOS, 2005), foram realizadas várias entrevistas. Os pesquisadores observaram que a mão de obra barata e o crédito subsidiado pelo FUNDECAM foram determinantes na decisão das empresas para se instalar em Campos dos Goytacazes.

As atraentes vantagens oferecidas estavam em conformidade com o propósito do FUNDECAM, que não pretendia lucros financeiros e sim, geração de renda e empregos que alavancassem o desenvolvimento local. (SILVA NETO e PASSOS, 2005).

À época, o suposto êxito do FUNDECAM motivou outros municípios petrorrentistas da região a também criarem mecanismos de crédito semelhantes. Em 2004, Quissamã, Macaé, Carapebus, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu instituíram seus fundos de desenvolvimento. Salvo melhor juízo, estava aberta a temporada de criação das “trincheiras” para a “guerra de lugares” entre os municípios petrorrentistas do Estado do Rio de Janeiro. (ver Quadro 2). E Campos dos Goytacazes, maior e mais rico entre eles, levou seu variado e farto estoque de munições para a escaramuça.

Quadro 1 Subsídios oferecidos pelos municípios da Bacia de Campos à instalação de novas empresas.

Subsídios oferecidos pelos municípios da OMPETRO inseridos na Guerra de Lugares					
Crédito			Incentivos Fiscais		
Município	Órgão de financiamento	Taxa de juros	Nome	Valor do ISSQN	Preço do terreno (m ²)
CAMPOS	FUNDECAM	6% ao ano	CODIN	0%	R\$ 1,20
MACAÉ	FUNDEC	Não obtida	CODIN	Não obtido	R\$ 1,20
QUISSAMÃ	QUISSAMÃ EMPREENDEDOR	2% ao ano	ZEN	Negociado diretamente com as empresas	Não obtido
CARAPEBÚS	-	-	ZEN	Negociado diretamente com as empresas	Não obtido
RIO DAS OSTRAS	-	-	ZEN	Redução no pagamento nos 15 primeiros anos	R\$ 0,40
CASEMIRO DE ABREU	-	-	Condomínio Industrial	Isenção nos 20 primeiros anos	R\$ 0,00

Fonte: Adaptado a partir de PASSOS (2007, 62).

Campos dos Goytacazes, cidade de médio porte (IBGE, 2010), possui população estimada em 463.731 habitantes sendo importante pólo urbano do interior do Estado do Rio de Janeiro. Reúne uma série de externalidades consideradas propícias à atração de empresas, tais como: forte aparato de qualificação técnica, composto pelo sistema S (SEBRAE, SESI, SESC, SENAC, e SEST/SENAT); pelo IFF – Instituto Federal Fluminense de Educação, Ciência e Tecnologia, pelas Escolas Técnicas Estaduais, pela UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense e mais 10 instituições de ensino superior.

O município oferece terrenos por valor simbólico (R\$ 1,20 por m²) no Distrito Industrial que goza de isenção fiscal municipal e do ISS para as indústrias que lá se instalam.

A localização geográfica é relativamente próxima a alguns dos grandes centros metropolitanos do país, além da proximidade ao enclave petrolífero da Bacia de Campos sediado em Macaé. É também a cidade que possui a maior aglomeração de serviços na região, beneficiada pela Lei Estadual nº 4.533, que reduziu o ICMS a 2% para empresas que se instalem nos municípios fluminenses.

Considerando o elenco de externalidades favoráveis e subsídios, os pesquisadores examinaram quais benefícios estes investimentos estariam trazendo ao município observando qual o impacto dos mesmos na geração de renda e qualidade de vida. (SILVA NETO e PASSOS, 2005).

No atual período de 2012 a 2014, com benefício do distanciamento no tempo, e alternância no governo municipal, outros dados oficiais fornecidos demonstram que os resultados não corresponderam àqueles prometidos inicialmente e alardeados através das mídias. A pesquisa realizada para o presente artigo demonstra que a experiência resultou em fracasso. Que as ações do FUNDECAM, ocorridas entre os anos de 2002 e 2008, frustraram quaisquer expectativas de estímulo ao desenvolvimento local. Não houve criação do número de empregos prometidos, nem mesmo manutenção de grande parte dos mesmos, visto que tais se mostraram empregos temporários, vez que, vários dos empreendimentos que se instalaram no município aproveitaram todas as vantagens oferecidas pelo FUNDECAM e, pouco depois, encerraram suas atividades, fecharam as portas e se foram.

Estas empresas legaram ao município a frustração das expectativas, e pior, uma dívida vultosa ao erário municipal. A infeliz e irresponsável experiência acabou por se revelar exemplo do quanto pode ser danosa a “guerra de lugares”. E de como o receituário neoliberal da propalada busca de inserção do lugar na globalização, pela via do crescimento exógeno, pode causar prejuízos econômicos, sociais e políticos, para as comunidades locais.

6. A REESTRUTURAÇÃO DO FUNDECAM

Após eleições municipais de 2008, com a conseqüente troca de gestores para o FUNDECAM, que permaneceram no ano de 2014, ocasião das pesquisas para o presente artigo, inauguraram-se novas perspectivas. Outros gestores e propósitos, outras escolhas para estimular o desenvolvimento, agora com claras conotações locais e endógenas. Esta equipe, composta por seis executivos, é presidida por Otávio Amaral e foi formada por critério técnico, com larga experiência no gerenciamento de créditos e cobranças do PRONAF e outros, todos vinculados ao Banco do Brasil, instituição da qual todos se aposentaram antes de aceitar convite para gerir o atual FUNDECAM.

Esta equipe experiente, afinada e habituada a trabalhar em conjunto por vários anos, promoveu radical choque de gestão no combalido FUNDECAM. A mudança teve início com a criação de novo e melhor arcabouço legal. A partir de 2009, as decisões demonstram clara opção por outro e diverso modo de conduzir ações que estimulassem os negócios municipais. O Fundo opera, atualmente, com objetivos de promover o desenvolvimento econômico e social, fomentando empreendimentos produtivos, fortalecimento dos negócios existentes, introdução de novos empreendimentos, com acompanhamento, capacitação e acesso a crédito orientado, e, também, desenvolver ações específicas na economia popular e solidária e nos movimentos de inclusão social.

Foram criadas duas linhas de crédito: FUNDECAM Solidário que atua ofertando microcrédito e FUNDECAM Cidadão que oferta crédito a micros, pequenas e médias empresas.

O FUNDECAM atual, operando as duas linhas de crédito, dedica-se ao apoio as comunidades carentes e de baixo IDH, promovendo o desenvolvimento dentro do conceito de economia solidária, crédito comunitário e micro finanças; financiamento de microempresas, cooperativas, associações, empreendimentos autogestionáveis, micro empreendedores individuais formais e informais, empreendimentos solidários, entre outros. Havendo exigência quanto à capacitação dos empreendedores para acesso ao crédito, com orientação sobre como, onde, quando e quanto investir, para obter o melhor resultado e favorecer a sustentabilidade dos empreendimentos. Existe obrigatoriedade de o FUNDECAM firmar parceria com entidades como o SEBRAE, Incubadoras de Empresas e demais entidades habilitadas para qualificar, treinar e acompanhar o desempenho dos beneficiários. (Lei 8.142/2009, art.3º§6º).

Os recursos destinados ao Programa FUNDECAM Solidário são oriundos de parcela dos recursos provenientes de dotações do Orçamento Público Municipal, destacados dos recursos advindos dos *royalties* e participações especiais. (Lei 8.142/2009, art.4º).

Citadas leis exigem que os recursos sejam, prioritariamente, aplicados aos programas do município que visem melhorar as condições de trabalho e renda de famílias em situação de risco, em especial aquelas chefiadas por mulheres. Existindo ainda reserva legal de 20% dos empregos criados para primeiro emprego de jovens até 29 anos. (Lei 8198/2010). Estimulam o fomento às cooperativas ou outras formas associativas de produção e trabalho, bem como aval às operações que objetivem acesso ao crédito e à geração de emprego e renda. Fica autorizada aplicação dos recursos do Fundo em instituições da sociedade civil que operem microcrédito e outros fundos de fomento ao desenvolvimento da economia popular e solidária. São autorizados empréstimos equalizados, quando os módicos juros cobrados, retornam como capital de giro às mãos dos tomadores que estiverem adimplentes e realizando a correta aplicação do dinheiro emprestado. Ficando o FUNDECAM obrigado a cobrar, nas formas permitidas em lei, retorno do capital aplicado aos cofres públicos municipais. (Lei 8.142/2009).

Optou-se neste trabalho por elencar, com riqueza de detalhes, os pontos principais do novo marco legal do FUNDECAM pelos seguintes motivos:

- Realçar a diferença de propósito do atual marco legal, se comparado ao anterior.
- Dar publicidade acadêmica a tais conquistas legais, por serem democráticas e por propiciarem condições de fulcro para o desenvolvimento local, endógeno e sustentável.

- Por ser compromisso da gestão pública com a cidadania municipal, quanto ao uso, fiscalização e acompanhamento dos investimentos feitos com recursos públicos.

Caberá à cidadania municipal exercer o direito/dever de se beneficiar, cobrar, exigir transparência e periódica prestação de contas da instituição FUNDECAM. E quiçá, esta mesma cidadania se faça mais atuante, participativa e proativa, visto que agora dispõe dos meios legais para tal.

7. ALGUNS RESULTADOS OFICIAIS DO NOVO FUNDECAM

Para conhecer o atual FUNDECAM, foram entrevistados cinco dos membros da equipe gestora: o Sr. Otávio Amaral, presidente, o vice-presidente Sr. Orlando Portugal, o Sr. José Antonio Gallo, advogado responsável pela assessoria jurídica e ainda outros dois superintendentes, citados adiante.

Quanto à primeira fase do FUNDECAM, informaram sobre falta de legislação adequada, ausência de garantias reais e mecanismos eficientes de cobrança aos inadimplentes. Otávio Amaral informou que, “àquela época, os empréstimos eram feitos como se a prefeitura fosse uma agência bancária, porém sem as cautelas e garantias de praxe”. E que “sequer uma cobrança eficiente era feita, quer por desinteresse, quer por falta dos mecanismos legais necessários para tal”. Por tais razões, as primeiras providências da equipe foram “no sentido de solicitar a feitura das leis e realizar minuciosa apuração do montante das dívidas pregressas, deixadas sem cobrança pela gestão anterior. E sobre as quais pairavam notícias e informações oficiais, controversas e imprecisas.”

Tal empreitada consumiu dois anos de trabalho técnico e investigativo, resultando no adequado arcabouço legal e na apuração dos débitos, em montante milionário. Atualizada, a dívida monta a R\$ 238.614.000,00. E ainda mais a considerável quantia de R\$ 31.000.000,00 que a atual equipe já conseguiu cobrar e restituir ao erário municipal.

Otávio Amaral informa que “o volume maior de tal passivo inclui débitos de vários tomadores inadimplentes, muitos sem garantias reais, o que dificulta a execução das dívidas”. Acrescentando ainda que “atualmente todos os débitos estão sendo executados, inscritos no Serasa e na dívida ativa do município. Tais processos de execução estão em andamento”. Há expectativas de receber, esforços cabíveis estão sendo feitos, porém não se pode prever quando, nem quanto, de tais valores estará de volta ao erário municipal.

Entrevistas realizadas em 15/09/2014 com o Superintendente de Microcrédito, Sr. José Elimar Kunsch e outros informaram que “o FUNDECAM Solidário, voltado especificamente ao microcrédito individual atende pessoas de baixa renda, como ambulantes,

artesãos, prestadores de serviços como cabeleireiros, costureiras, salgadeiras e outros. Observando-se que para ter acesso ao crédito, todos precisariam ser orientados, possuir CNPJ e contribuir para a Previdência Social”, conforme disposição legal.

O entrevistado informou da “criação do AME - Agentes Municipais de Empreendedorismo, grupo formado por agentes do FUNDECAM, da CODENCA, da Vigilância Sanitária, SEBRAE (Oficinas SEI: comprar, vender, administrar e planejar) e ainda do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Que tal equipe teria uma visão inclusiva e visaria orientar, qualificar e formalizar os empreendedores individuais. Que só após este treinamento e documentação pronta o crédito seria concedido aos tomadores. Porém, tais empréstimos não são feitos com recursos provenientes de *royalties*, são recursos buscados em bancos, especialmente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.” O FUNDECAM Solidário, segundo as informações, apenas “teria intermediado, e não realizado a concessão de micro empréstimos no valor total de R\$ 5.270.196,40.” Conforme informações, um total de 6.791 micros empreendedores foi atendido, somando-se os tomadores e aqueles outros beneficiados com orientação e apoio para qualificação e formalização de pequenos negócios já existentes e que não pleitearam empréstimos, visto já atuarem com recursos próprios. Conforme (Quadros 3 e 4) a seguir, fornecidos pela gerência do FUNDECAM Solidário.

Quadro 3: RELATÓRIO CONSOLIDADO DO FUNDECAM SOLIDÁRIO

Operações aprovadas:	1181
Valores aprovados:	R\$ 5.270.196,40
Equalização	
Valores devolvidos:	R\$ 100.510,73
Empreendedores contemplados:	543
Postos de trabalho	
Mantidos:	1911
Gerados:	324
Empreendedores atendidos:	6.791
Atividades mais atendidas	
1	Vendedor Ambulante
2	Loja de roupas
3	Salão de beleza
4	Lanchonete
5	Costureira
6	Mercearia
7	Cabeleireira Autônoma
8	Padaria
9	Bar
10	Artesanato
* POSIÇÃO AGOSTO 2014	

Fonte: FUNDECAM (2014)

Em 15/09/2014 foi entrevistado o Sr. Klaus Jonny Voll, Superintendente de Fomento e responsável pelo FUNDECAM Cidadão, o mesmo confirmou que “o órgão não realiza empréstimos, o FUNDECAM orienta e faz a intermediação de empréstimos atuando como agente financeiro. Nesta linha de crédito foram realizadas 20 operações, significando que 20 pequenos, micros e médios empresários foram beneficiados. O valor total dos empréstimos intermediados aqui foi de R\$ 48.827.211,26. Resultando em 1.643 novos postos de trabalho gerados pelos empréstimos concedidos com recursos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal”. Como os empréstimos são concedidos desde 2011, constata-se que do total de 20 tomadores, 17 deles já concluíram os pagamentos. Receberam a equalização dos juros no montante de R\$ 16.050.342,11. Que foram reinvestidos nos mesmos negócios criando mais 637 novos postos de trabalho. Estes, realmente criados pelo FUNDECAM Cidadão, conforme informações prestadas (Quadro 4) abaixo.

Quadro 4: TOTAL DE EMPREENDIMENTOS HABILITADOS AO FUNDECAM EQUALIZANTE - 2012 até set/2014

Ramo de atividade	Nº de Empreendimentos	Nº Operações	Valor (R\$)	Nº Empregos
Agropecuária	2	2	215.220,00	2
Cerâmica	4	4	838.000,00	37
Comércio	3	4	336.347,96	38
Construção Civil	4	6	4.229.544,79	39
Hotelaria	1	1	250.000,00	12
Medicina	2	2	181.229,36	9
Supermercado	1	1	10.000.000,00	500
TOTAIS	17	20	16.050.342,11	637

Fonte: FUNDECAM (2014)

Observando informações prestadas, incluindo atuações do FUNDECAM Solidário e FUNDECAM Cidadão, conclui-se que o FUNDECAM, de 2011 a julho de 2014, atuou como agente financeiro, intermediando empréstimos no total de R\$ 54.097.407,60, colaborando para a geração de 958 novos postos de trabalho. Lembrando que os recursos municipais investidos são apenas aqueles oriundos da equalização de juros. Sendo R\$ 100.510,73 ofertados pelo chamado FUNDECAM Solidário que propiciou a criação de 324 novos postos de trabalho e R\$ 16.050.343,11 pagos pelo município, através do FUNDECAM Cidadão, gerando 637 novos empregos. Como se vê, o número de empregos gerados pelo FUNDECAM foi muito pequeno.

Visto que os empréstimos são realizados com recursos bancários, impôs-se a necessidade de obtermos informações das agências que os realizam. Entrevistas efetuadas em 22/09/2014 com funcionário do Banco do Brasil Diego Duarte Barcelos, responsável pelo exame da documentação e contratos para empreendedores individuais e ainda com Paulo Branco funcionário da CEF que desempenha funções semelhantes, trouxeram informações esclarecedoras.

Que “o FUNDECAM tem atuado como um parceiro, semelhante a um agente financeiro, que faz a intermediação dos tomadores com o Banco. O cliente vai ao FUNDECAM para ter a equalização da taxa de juros. O empréstimo é feito sempre pelo BB”.

Ou ainda, nas palavras do funcionário da CAIXA Econômica Federal (CAIXA): “O FUNDECAM atua como um braço da Caixa, onde tem seus próprios agentes de microcrédito, que fazem visitas aos pleiteantes de empréstimos e visitas de acompanhamento para checar se o crédito foi utilizado conforme a solicitação. Os agentes repassam as informações para a CAIXA. Esses agentes são necessários, pois a CAIXA não teria um

contingente de funcionários suficiente para atender a demanda. A CAIXA é a gestora do crédito e o FUNDECAM avalia se o cliente possui os requisitos para receber tal crédito.”

Perguntado sobre a origem dos recursos para tais empréstimos, o funcionário informou que: “O Governo Federal criou, em 2010, os MPOs (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer). A Caixa tem diversas linhas de empréstimo para Pessoas Físicas e MPE e MEI, sendo o MPO uma delas. Para tais programas, o *funding* para o produto é proveniente da Exigibilidade – percentual do volume de depósitos à vista recolhidos ao BACEN, conforme Resolução do CMN 4000/2011, com isso, não é recurso direto da CEF nem do BB.”

Perguntado sobre se os beneficiados recebem alguma orientação/capacitação para melhor gerir estes empréstimos: “Deveriam receber uma pequena consultoria sobre gestão de crédito, mas isso não acontece proativamente, e sim, reativamente. Nem nós, nem o SEBRAE e nem o FUNDECAM possuímos contingente necessário para realizar proativamente. A inadimplência é tratada nas agências da CAIXA. Na avaliação do crédito às vezes é necessário aval de terceiros, quando julgarmos ser necessário, outras, apenas o aval do pleiteante e cônjuge”. Sobre quem são os tomadores: “As áreas de atividades contempladas são para varejo, pequenas confecções e setores de serviços. Eu particularmente já fiz MPO para lava - rápido, confecções de roupa, artesões de palha, academias, mercearias etc.”

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do conjunto das entrevistas, dados e informações colhidas há evidências e resultados. Das análises desenvolvidas, cabem considerações importantes. Primeiro, cabe confirmar que são realmente vultosas as quantias anuais que o município de Campos dos Goytacazes recebe. De acordo com o Quadro 5, abaixo, observa-se que apenas nos anos 2011, 2012 e 2013, o município recebeu R\$ 3.789.797.817,12 de *Royalties* e Participações Especiais.

Quadro 5: ROYALTIES MAIS PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS RECEBIDOS POR CAMPOS DOS GOYTACAZES NO PERÍODO 2011-2013

CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ Royalties + Participação Especial	
ANO 2011	R\$ 1.122.441.684,00
ANO 2012	R\$ 1.364.134.625,22
ANO 2013	R\$ 1.303.221.507,47
TOTAL	R\$ 3.789.797.817,12

Fonte: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios. Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Esta significativa arrecadação confirma o município como o maior recebedor de verbas petrolíferas, o mais petrorrentista dos municípios brasileiros.

Considerando o montante bilionário, nos anos de 2011, 2012 e 2013, o FUNDECAM aplicou verbas oriundas do petróleo em estímulo a micro empreendedores (FUNDECAM Solidário) no valor de apenas R\$ 100.510,73 gerando 324 postos de trabalho. E aplicou em micro e pequenas empresas (FUNDECAM Cidadão) o valor de R\$ 16.050.342,11 gerando 637 novos empregos. Comparando a fortuna recebida e a pequena parcela investida na geração de empregos, há que se concluir que o investimento não foi apenas tímido, foi pífio.

As informações demonstram que, surpreendentemente, as verbas maiores aplicadas aos micros empreendedores e a microempresas de R\$ 5.270.196,40 (via FUNDECAM Solidário) e R\$16.050.342,11 (via FUNDECAM Cidadão) não foram investidas pelo município. Neste caso, o FUNDECAM agiu apenas como intermediário. As verbas maiores vieram através dos bancos públicos (Banco do Brasil e CAIXA), mais precisamente do MPO/MEI (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer) e MPE (Micro e Pequenas Empresas) e ainda o MGE (Médias e Grandes Empresas), oriundas de *funding* proveniente do BACEN conforme Resolução do CMN 4000/2011. Portanto, os recursos vieram de programas sociais do Governo Federal.

A segunda consideração importante trata da formalização de Micros Empreendedores Individuais. Analisando a evolução destes no município, conclui-se que os programas do Governo Federal, executados pela CAIXA e pelo Banco do Brasil, propiciaram um significativo crescimento, partindo de apenas 164 postos de trabalho formalizados em 2009 e saltando para 10.154 postos em 2013, (Quadro 6). Enquanto a contribuição do FUNDECAM, no mesmo período, limitou-se à geração 324 Micros Empreendedores. Contribuição, também aqui, irrisória.

Quadro 6: EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - EVOLUÇÃO EM CAMPOS				
DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ /2013
164	2.812	5.718	8.138	10.154

Fonte: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-meI/> Consulta em 15/outubro/2014.

Quanto à geração de empregos formais no município, observa-se a evolução de novos empregos de 76.875 em 2009 para 98.220 em 2013. Nestes, o FUNDECAM contribuiu criando 637 novos empregos formais. Mais uma vez, parca contribuição. Conforme Quadro 7 e Gráfico 2 a seguir.

Quadro 7: Evolução do Emprego Formal em Campos dos Goytacazes (2002-2013)

		Evolução do Emprego em Campos período 2002 - 2013											
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rj-Campos dos Goytacazes	Serviços	19.697	19.922	23.629	25.170	25.993	35.473	33.515	23.136	25.006	26.513	28.822	31.773
Rj-Campos dos Goytacazes	Comércio	14.088	15.355	16.793	17.209	18.452	20.081	21.362	21.433	23.322	25.160	25.889	26.856
Rj-Campos dos Goytacazes	Administração Pública	6.962	10.324	9.920	18.267	20.189	23.455	13.632	13.809	18.608	18.641	18.043	18.331
Rj-Campos dos Goytacazes	Indústria de Transformação	6.147	7.231	7.549	7.465	8.466	10.426	8.967	9.023	8.396	8.249	8.981	8.522
Rj-Campos dos Goytacazes	Construção Civil	2.852	3.661	3.965	3.350	5.282	5.344	6.375	5.472	8.091	9.379	7.435	8.341
Rj-Campos dos Goytacazes	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pes	2.248	3.596	6.022	4.982	3.961	2.944	2.779	2.132	2.116	2.391	2.282	2.145
Rj-Campos dos Goytacazes	Serviços Industriais de Utilidade Pública	809	1.508	1.465	1.575	1.687	1.304	1.407	1.670	1.622	1.540	1.825	1.914
Rj-Campos dos Goytacazes	1 - Extrativa Mineral	140	153	152	142	194	215	193	200	219	237	264	338
Rj-Campos dos Goytacazes	Total	52.943	61.750	69.495	78.160	84.224	99.242	88.230	76.875	87.380	92.110	93.541	98.220

Fonte: Rais/MTE - Elaboração Romeu S. Neto - Publicação Blog Roberto Moraes

Evolução do Emprego Formal em Campos dos Goytacazes por Setor Econômico (IBGE)

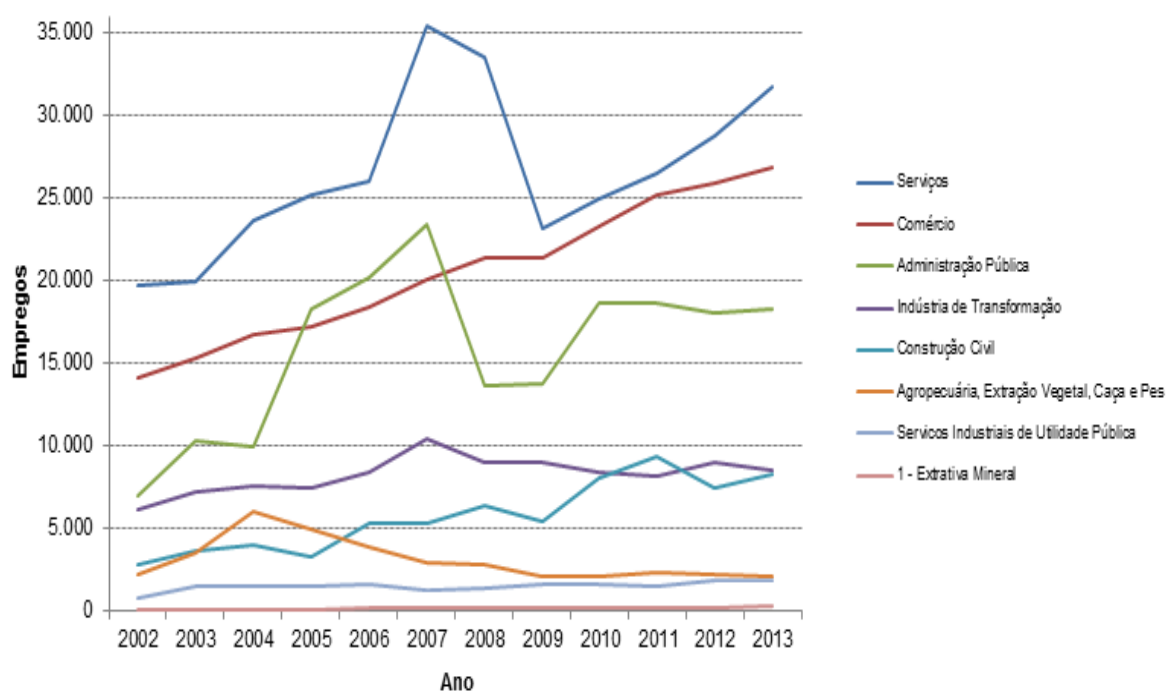


Gráfico 2: Evolução do Emprego Formal em Campos dos Goytacazes no Período 2002-2013

Fonte: RAIS/MTE (consulta a <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php> em 29/agosto/2013)

A terceira e última consideração refere-se à questão da qualificação, orientação e acompanhamento no uso dos créditos. Neste aspecto, o FUNDECAM merece os melhores elogios. A equipe gestora tomou decisões importantes ao providenciar o novo marco legal, ao tecer parcerias com vários outros órgãos públicos, como o AME - Agentes Municipais de Empreendedorismo, formado por agentes da Vigilância Sanitária, SEBRAE e outros.

Cabe ressaltar também a profícua parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal que permite o acesso aos PMOs (Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crescer) e seus assemelhados MPE e MEI. Tem sido expressiva a atuação de toda esta equipe na orientação e difusão dos conhecimentos relativos ao empreendedorismo e no ato de propiciar acesso ao crédito orientado. Muitos eventos têm sido organizados nos bairros urbanos e nas vilas dos Distritos para estimular e orientar alguns milhares de pessoas. E se tais ações não resultaram em grande número de empregos e postos de trabalho, trouxeram expressivo aumento de pessoas orientadas e com situação formalizada, aumentando sua segurança social, devido às inclusões na Previdência Social, melhorando ainda a qualidade dos serviços e produtos oferecidos por empreendedores individuais no que tange à segurança e higiene, bem como reduzindo a margem de inadimplência e fracasso na experiência de gerar e gerir seu próprio posto de trabalho. Neste aspecto, o FUNDECAM tem atuado de maneira proveitosa no complexo objetivo de impulsionar o desenvolvimento local no município de Campos dos Goytacazes. Constata-se também que o mesmo não mais atua como instrumento da “guerra de lugares”.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas da Distribuição dos Royalties no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.petroleo.rj.gov.br/index.php/menuservicos/download/category/30-atlas-da-distribuio-dos-royalties-no-estado-do-rio-de-janeiro>> (08> [Acesso em: 08 out. 2014].

Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro (CIDE). Disponível em <<http://www.cide.rj.gov.br>> [Acesso em 15 jun. 2013].

CRUZ, José Luis Vianna da. 2004. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. Campos dos Goytacazes, RJ. WTC Editora.

- CRUZ, José Luis Vianna da. 2006. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Ailton Mota de Carvalho, Maria Eugênia Ferreira Totti (orgs.). Rio de Janeiro-RJ. Garamont.
- FAURÉ, Yves. A. 2004. Macaé: continuidade do crescimento municipal e ampliação das transformações locais nos anos 2000. Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. Campos dos GOYTACAZES-RJ. WTC Editora.
- FAURÉ, Yves A; HASENCLEVER, Lia. 2005. O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro: Estudos avançados nas realidades municipais. Rio de Janeiro-RJ. E-Papers.
- GIL, Antonio Carlos. 2002. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo-SP. Atlas.
- HARVEY, David. Condição Pós-moderna. Rio de Janeiro-RJ. Edições Loyola.
- HENDERSON, Hazel. 1999. Além da globalização: modelando uma economia global sustentável. São Paulo-SP. Cultrix.
- HENDERSON, Hazel. 1996. Construindo um mundo onde todos ganhem. São Paulo-SP. Cultrix.
- MONIÉ, Frédéric, VIDAL, Soraia M.do. S.C. 2006. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. RAP. Rio de Janeiro-RJ. 40 (6): 975-95, Nov/Dez.
- PESSANHA, Roberto Moraes. 2004. Radiografando o orçamento de Campos dos Goytacazes (2000-2004). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. Campos dos Goytacazes-RJ. WTC Editora.
- PIQUET, Rosélia. 2007. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. Petróleo e região no Brasil; o desafio da abundância. Rosélia Piquet e Rodrigo Serra (orgs.). Rio de Janeiro-RJ. Garamont.
- POCHMANN, Márcio (org.). 2004. Reestruturação Produtiva – Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis-RJ. Vozes.
- RIFKIN, Jeremy. O Fim dos Empregos: O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho. São Paulo-SP. Makron books.
- SANTOS DIAS, Robson; SILVA NETO, Romeu. 2004. A dinâmica socioeconômica de Macaé a partir da instalação da cadeia produtiva de petróleo e gás. Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. Campos dos Goytacazes-RJ. WTC Editora.

SERRA, Rodrigo Valente, TERRA, Denise Tavares. 2006. Notas sobre a região petrorentista da Bacia de Campos. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense / Ailton Mota de Carvalho, Maria Eugênia Ferreira Totti (orgs.). Rio de Janeiro-RJ. Garamont.

SERRA, Rodrigo Valente. 2004. Sobre o advento dos municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/ (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. Campos dos Goytacazes-RJ. WTC Editora.

SILVA NETO, Romeu. 2005. A evolução do emprego formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan./1997 – dez./2004. Boletim técnico n. 13. Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense. Campos dos GOYTACAZES-RJ.

SILVA NETO, Romeu; BARRAL NETO, Jayme Freitas. 2004. Uma nova trajetória para a economia fluminense: inflexão positiva graças ao crescimento do interior. Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. – Campos dos GOYTACAZES-RJ: WTC Editora.

SILVA NETO, Romeu; et al. 2004. Campos dos Goytacazes: novas perspectivas para um tradicional centro interiorano fluminense. Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo/ (organização de) Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. Campos dos GOYTACAZES-RJ: WTC Editora.

TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo A. (orgs.). 1996. Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo-SP. Cortez Editora: Fortaleza UECE.

TOTTI, Maria Eugênia F. e PEDROSA, Paulo. 2006. Região Norte Fluminense: terra de contrastes. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Ailton Mota de Carvalho, Maria Eugênia Ferreira Totti (orgs.). Rio de Janeiro-RJ. Garamont.

YIN, Roberto K. 2010. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 4. Ed. São Paulo-SP. Bookman.